

DÊNIS ALCIONI TESSELE CASARIN

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI**

SANTO ÂNGELO

2019

DÊNIS ALCIONI TESSELE CASARIN

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI**

Artigo Científico apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, Curso de Graduação em Relações Internacionais, UNINTER – Centro Universitário Internacional.

Orientador (a): Prof. Dr. Leonardo Mèrcher

SANTO ÂNGELO

2019

ANÁLISE DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI

Autor (Dênis Alcioni Tessele Casarin)¹

Orientador (Prof. Dr. Leonardo Mèrcher)²

Resumo

O artigo representa uma busca pela descoberta da verdade sobre a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH, a qual foi considerada um marco no novo paradigma de intervenção das Nações Unidas. O contexto geral do trabalho busca esclarecer diversos fatos, motivações e doutrinas que foram usadas pelo governo brasileiro para embasar e justificar a participação do Brasil na MINUSTAH. Pesquisaremos sobre a intenção do governo brasileiro em possuir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a capacidade de um país em desenvolvimento ser responsável pelo comando de uma ação tão importante a nível estratégico mundial. Abordaremos os preceitos da *Diplomacia solidária*, que pode ser definida como a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob a égide do Conselho de Segurança da ONU, feita por terceiros Estados interventores num conflito, desprovidos de motivações decorrentes de interesse nacional e movidos pelo sincero dever de consciência. No campo militar buscaremos identificar o modo de atuação das Forças Armadas Brasileira para a solução do conflito, descrevendo as fases da intervenção militar no Haiti.

Palavras-chave: Haiti. ONU. Intervenção. Militar.

¹ Militar do Exército Brasileiro, cursando Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional – UNINTER.

² ~~Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016) com Bacharelado (2006) e Especialização (2009) em Relações Internacionais Contemporâneas pela PUC-Rio. Também possui Licenciatura (CEUCLAR, 2014) e Bacharelado (EMBAP, 2015) em Belas Artes e Licenciatura em Biologia (CEUCLAR, 2016), além de Especialização em Comunicação, Cultura e Arte (2011) e em História Social da Arte (2011) pela PUC-PR. Voluntário do Centro de Informações das Nações Unidas, pertencente ao Secretariado Geral da ONU (2004-05) no Palácio Itamaraty. Analista Internacional no Consulado Geral dos EUA, Rio de Janeiro (2005-2007). Professor Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR, 2011-presente) e fundador do periódico científico Conjuntura Global (UFPR, 2012) no qual foi Editor Executivo (2012-2015). Professor Universitário em Artes e Relações Internacionais desde 2009, integrando o corpo docente UNINTER em 2013. Atualmente é professor vinculado aos cursos superiores de Ciência Política, Relações Internacionais, Artes Visuais, Comércio Exterior, Gestão Pública e Secretariado Executivo Trilíngue.~~

Introdução

A história do Haiti retrata sentimentos contraditórios como o desespero e o encantamento. O primeiro, analisando as estatísticas econômicas e sociais, a sua história política desde a independência e a crueldade da vida cotidiana da maioria de sua população, enquanto o segundo se baseia na força de seu Povo e na sua epopeia na luta pela sobrevivência e pelos direitos humanos.

No ano de 2004 o Brasil estava sob o governo do presidente Lula, o qual, juntamente com o seu conselho diplomático, buscou um reinvestimento e mudanças nas estratégias envolvendo a Política Externa Brasileira junto aos atores do sistema internacional. A busca por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e uma Diplomacia Solidária pautada em princípios humanos, foram alguns dos motivos apontados para a participação do Brasil na MINUSTAH.

No intuito de dirimir algumas dúvidas sobre os reais motivos que levaram o Brasil a fazer parte das nações que interviram no Haiti, inclusive, sendo responsável pelo comando da missão, pois era o país dono do maior contingente estrangeiro na ilha caribenha, buscamos estudar diversos autores e fontes, procurando analisar o que havia por trás desse posicionamento do governo brasileiro e qual mensagem queria passar, uma vez que esse projeto do então governo petista não foi debatido ou esclarecido de forma ampla.

O objetivo principal desta pesquisa é identificar quais foram os interesses que levaram o Brasil comandar a MINUSTAH. Buscando atingir esse objetivo, investigaremos os reais motivos que influenciaram entrada brasileira na MINUSTAH, analisaremos se o Brasil se fundamentou na Diplomacia Solidária ou deu-se pela busca de reconhecimento político e econômico internacional ao aceitar participar da Força de Estabilização e Pacificação do Haiti e descreveremos as fases da atuação das Forças Armadas Brasileiras na estabilização e pacificação do Haiti.

O referencial teórico que tivemos por base foi o *Construtivismo*, pois foca na construção social da política internacional e que ideias e normas tem papel fundamental na definição de identidades e interesses dos agentes (MAXWELL, p. 2). Neste escopo, guiaremos nossa pesquisa à luz dessa teoria das Relações Internacionais.

Na busca de atingir o objetivo deste estudo, abordaremos o assunto através da pesquisa qualitativa. Os dados serão coletados por meio do método de pesquisa documental e bibliográfica, utilizando livros, artigos, trabalhos acadêmicos e publicações de sites oficiais (Itamaraty e Ministério da Defesa), relevantes e diretamente ligados aos objetivos do trabalho.

As fontes serão utilizadas para investigar, analisar e descrever a importância do tema escolhido e nelas se espera conseguir atingir os objetivos do trabalho.

1. O BRASIL E A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DO HAITI.

Durante a década passada, a política externa brasileira trabalhou na busca de um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU e também em uma Diplomacia Solidária pautada em princípios humanistas, entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas. A participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH foi um desses exemplos da política externa Brasileira adotada no segundo ano de governo do ex-presidente LULA, o qual, segundo Seitenfus (2014) “a participação brasileira se deve, em parte, a uma ruptura político-partidária que terminou por contradizer o não intervencionismo previsto na Constituição de 1988”. Com a escalada de Marco Aurélio Garcia (secretário executivo do Foro de São Paulo) como assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, foi tomada a decisão da presença brasileira no Haiti, partindo da posição do Foro em relação ao país caribenho. “Esta decisão foi tomada no palácio do Planalto sem sequer consultar o então chanceler Celso Amorim” (SEITENFUS, 2014).

A liderança brasileira em uma missão de paz traria um impacto positivo em dois objetivos do governo brasileiro: *em primeiro lugar, no que se refere a um objetivo precípua da atual política externa brasileira, que é o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; e, em segundo lugar, para a liderança brasileira na América Latina, com seus eventuais*

impactos em negociações comerciais de grande porte em que o Brasil está envolvido, e que são percebidas como cruciais para a economia brasileira (DINIZ, 2005, p.107).

1.1 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS - CSNU

Responsável pela condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacional, o CSNU, é composto de 5 membros permanentes ou os P 5, como são chamados os Estados Unidos da América, Rússia, China, França e Reino Unido e por 10 membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos. O Brasil é um dos países que mais vezes integrou o conselho não permanente, porém de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, “defende que seja revisada a estrutura atual desse conselho, pois existe uma grande falta de representatividade, principalmente da África e da América do Sul”, afetando a legitimidade do CSNU.

O Brasil aspira fazer parte do CSNU como membro permanente desde o governo de Vargas, quando se tornou uma quase possibilidade, pois havia uma forte ligação entre o governo brasileiro e Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos. Contudo, com a morte de Roosevelt em 1945 essa possibilidade se findou. Os ânimos se arrefeceram no período dos governos militares, mas a partir do governo de Sarney e principalmente no governo de Lula, essa aspiração se tornou mais forte. Começou então uma busca pela alteração na quantidade de membros permanentes, no intuito de abrir novas vagas a outros atores de relevância no cenário internacional, porém os países membros permanentes vetaram essa alteração.

A democracia e a multipolaridade dentro do sistema internacional deveriam ser conquistados através de mudanças dentro dos organismos internacionais e no que diz respeito à ONU o então presidente brasileiro declarou que defenderia em seu governo *um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes (SILVA, 2003).*

A política externa do governo o PT (2003-2010) aliada nas ideias do Foro de São Paulo e de seu secretário Marco Aurélio Garcia, *apresentou a necessidade de se diferenciar completamente do governo do presidente Fernando Henrique. Qualificando sua política externa como uma herança maldita. Também foi em busca de uma política de prestígio internacional. A necessidade de integrar o Brasil no jogo das nações foi, é e será sempre indispensável, porém a maneira que o lulopetismo fez, foi totalmente inadequada do ponto de vista daquilo que o Brasil deveria buscar (Lafer, 2018).*

O Brasil se preocupou com questões que diziam respeito não só à segurança da América Latina (sua área de influência), mas também à segurança de outras regiões do globo. Entretanto uma qualidade clara para fazer parte de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é a capacidade bélica do país, exigência a que todos os seus membros permanentes atuais atendem de sobra. Um membro permanente deve ter a capacidade de atuar e intervir prontamente em qualquer região do globo. Infelizmente está muito longe de chegarmos a este patamar. Não podemos nos equiparar a nenhum dos P5, pois “num país como o nosso, onde as Forças Armadas são abandonadas por governos que jamais entenderam sua função constitucional, como responderíamos a esse quesito? Orçamentos deficitários e o sucateamento bélico se tornaram regras. No item munição, teríamos o suficiente para um dia de combate em caso de guerra. Talvez nem isso” (Aragão, 2016).

Não temos a competência de prover nem a segurança de nossos cidadãos, nossa educação é deficitária, não temos um plano comprovadamente eficiente contra o terrorismo e as políticas públicas em relação aos direitos humanos ainda estão engatinhando, enquanto estes temas são relevantes e discutidos sistematicamente no CSNU. Em suma, não estávamos no nível exigido para o cargo que queríamos ocupar.

1.1. DIPLOMACIA SOLIDÁRIA

A diplomacia solidária pode ser confundida com o próprio conceito de solidariedade. É o princípio que leva um Ator Internacional *participar de forma desinteressada na área política e econômica, movido apenas por um sentimento de responsabilidade e humanidade, em uma ação coletiva internacional, legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a solução de um conflito interno ou internacional em outro país* (VERENHITACH, 2008).

Os preceitos dessa nova forma de condução da Política Internacional foram diagnosticados por Seitenfus (2016), ao sintetizar e apresentar os Elementos para uma Diplomacia Solidária: A crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea (OLIVEIRA, 2018, p. 89).

A globalização está dinamizando cada vez mais as relações entre os Estados, levando a participação de vários países em ações de cooperação e em missões de paz sob a égide da ONU. Essa cooperação caracteriza a Diplomacia Solidária, onde se realiza ações pontuais e necessárias para a defesa dos direitos básicos da população de um país em conflito ou em crise humanitária, como escreveu SEITENFUS (2016, p. 149):

Surge lo que se llama diplomacia solidaria, definida como la concepción y aplicación de una acción colectiva internacional, bajo los auspicios del CSNU, llevada a cabo por terceros Estados que intervienen en un conflicto interno o internacional, desprovistos de motivaciones derivadas de su interés nacional y motivados unicamente por un deber de conciencia humanitaria. El desinterés material y/o estratégico constituye su marca registrada. Para que dicha falta de interés sea incuestionable es igualmente necesario que el *Estado-sujeto* no haya tenido en el pasado ninguna relación especial con el *Estado-objeto* de intervención.

¿Cuándo un Estado [...] toma la decisión de intervenir en otro Estado? Hay dos vectores principales: una supuesta exigencia de intereses nacionales que defender, sean financieros, militares, estratégicos, políticos, diplomáticos o de prestigio; otro, cuando ocurren catástrofes naturales o humanitarias y guerras civiles o internacionales. Surge entonces una activa e influyente opinión pública que exige una

respuesta del Estado-sujeto para ponerle coto al sufrimiento de una población civil indefensa.

¿Qué pasó en el caso de América Latina? Ninguno de esos dos factores y/o grupos de intereses presionó al *Estado-sujeto* para actuar. Lo hizo de *motu proprio*, ausente cualquier presión (visible, al menos) de la llamada opinión pública y estando indefinidos, para decir lo menos, los intereses (o valores) que tenían que ser defendidos. No hubo, por tanto, ni acción moral (de la opinión pública) ni material (de intereses concretos) que impeliese al *Estado-sujeto* a intervenir. (SEITENFUS, 2016, p. 149)

Nesse contexto, a criação MINUSTAH pode ser considerada *um marco inicial de um novo paradigma para a resolução e administração de conflitos* (SEITENFUS, 2006, p. 11), pois foi composta por diversos países em desenvolvimento, os quais assumiram uma tarefa complexa de estabilizar a sociedade haitiana e também fornecer os efetivos militares e civis para a atuação em campo.

Esta metodologia de resolução de conflitos pode fazer frente ao modelo de segurança coletiva que as grandes potências utilizavam de forma tradicional, *baseando-se no dever moral de solidariedade capitaneado pelos países sulinos sob o manto de “uma teoria solidária de intervenção” fundamentada nos princípios de Direito Internacional* (Oliveira, 2018). Ao realizar tal tipo de intervenção, os países em desenvolvimento contrariam os fundamentos da Teoria Realista das Relações Internacionais e aproximam-se muito de um ato moral kantiano, pois *no está excluida la hipótesis de que la diplomacia solidaria se fundamente en el derecho kantiano* (SEITENFUS, 2016), pois Emmanuel KANT defende a ideia de um direito cosmopolita, baseado em uma relação pacífica perpétua entre todo os povos, convivendo sem agressão mútua.

No caso do Haiti, o governo brasileiro deu um enorme passo para a mudança do sistema de intervenção usado pelo CSNU, utilizando o Princípio da Não Indiferença como farol para esta ação, através da adoção de uma política externa motivada por questões éticas. Em setembro de 2005, Lula declarou: “Não aceitamos como direito consumado uma ordem internacional injusta [...]. Nossa atuação diplomática se fundamenta na defesa de princípios, porém também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar

de ser pragmática”. Entretanto, no caso brasileiro *a não indiferença carece de uma institucionalização maior que identifique os seus limites e abrangência, de forma a permitir uma articulação melhor da sua operacionalização* (SEITENFUS et al., 2007, p. 22).

A Política Externa baseada no desenvolvimento econômico e social da população e amparada na Diplomacia Solidária se compromete em patrocinar e implantar políticas públicas, capazes de reconstruir um país destruído por conflitos internos e contribuir para consolidar uma paz duradoura.

2. FASES DA ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA ESTABILIZAÇÃO E PACIFICAÇÃO DO HAITI

No intuito de tentar explicar as funções desempenhadas pelos militares na missão e buscando compreender mais claramente o engajamento das forças armadas brasileiras, buscaremos desmembrar em fases esses 13 anos de atuação no Haiti. De acordo com Cavalcanti, a MINUSTAH se desmembrou em 4 fases: (1) Fase 1 (2004-2005); (2) Fase 2 (2005-2007); (3) Fase 3 (2007-2010); e (4) Fase 4 (2010-2017).

Salientamos que o contingente militar brasileiro se dividiu em três unidades militares: um Batalhão de Infantaria (BRABATT), um grupamento operativo de fuzileiros navais (BRAMAR) e uma Companhia de Engenharia Militar (BRAENGCOY).

Após essas informações preliminares passaremos a analisar as fases da atuação:

2.1. Fase 1 (2004-2005).

O período que iniciou a atuação brasileira foi em junho de 2004, com o desdobramento da Brigada Haiti, formada por tropas do Comando Militar do Sul, que engloba os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com um efetivo de aproximadamente 1200 militares.

Nesta fase se evidenciou as peculiaridades da doutrina em Operações de Manutenção de Paz Robusta, provendo a tropa de maiores

esclarecimentos sobre o uso da força letal. As regras de engajamento ³ - ROE (do inglês Rules of Engagement) - que foram usadas eram diferentes das regras de outras missões de paz que o Brasil participou, por exemplo, em Angola e Moçambique, *pois agora as tropas brasileiras estavam regidas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, autorizando o uso da força letal para além da defesa própria ou de terceiros. Por exemplo, desbloqueio de estradas ou defesas de instalações da ONU (Cavalcanti, 2014, p.6)*. Os primeiros contingentes tiveram que assimilar esse novo conceito, pois não haviam recebido treinamento que enfatizava este novo aspecto de atuação⁴.

Houve também o desdobramento da parte logística, normatizada em documento entre o Brasil e a ONU, especificando o tipo de equipamento, a composição das forças e o tipo de apoio prestado às tropas.

Dessa forma, na 1ª Fase da MINUSTAH, verificamos a capacidade do Brasil em apoiar uma nação amigas em momentos de dificuldade, *mas evidenciou a necessidade de conhecimento sobre as peculiaridades do emprego da tropa sobre a égide do Capítulo VII da Carta da ONU (CAVALCANTI, 2014, p. 7)*.

2.2 Fase 2 (2005-2007).

Nesta fase engloba o período em que as tropas brasileiras executaram as atividades militares autorizadas pelo Mandado da MINUSTAH sob o Capítulo VII da Carta da ONU, já citadas anteriormente.

³ No Brasil, o “Glossário das Forças Armadas” (MD35-G-01) assim define o que sejam as ROE: *“REGRAS DE ENGAJAMENTO – Caracteriza-se por uma série de instruções pré-definidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na área de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades responsáveis. Dizem respeito à preparação e à forma de condução tática dos combates e engajamentos, descrevendo ações individuais e coletivas, incluindo as ações defensivas e de pronta resposta.”*

⁴ Fato citado pelo General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, 1º Force Commander da MINUSTAH em uma palestra na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, 3 jun 14

Foi neste período que a MINUSTAH começou a pacificar Porto Príncipe – capital do Haiti. O BRABATT recebeu a incumbência de controlar o bairro de *Bel Air*, centro do poder político do Haiti e a porção mais carente da capital, a área de *Cité Soleil*. Houve diversos confrontos com grupos armados, principalmente gangues, onde foi necessário o uso da força letal. Esta postura de confronto teve seu risco calculado, pois se não obtivesse sucesso poderia comprometer a missão e em consequência a estabilização do país. A conduta da tropa esteve totalmente alinhada com o preconizado pelas Regras de Engajamento e pelo *Stand of Force Agreement (SOFA)*⁵, “alinhando a necessidade militar com os objetivos do CSNU” (CAVALCANTI, 2014, p. 9).

A adoção de uma postura mais proativa, com o respaldo das regras de engajamento, realização de grandes operações e também o início do trabalho em conjunto com a força policial, foram as principais características da 2ª fase da MINUSTAH.

2.3 Fase 3 (2007-2010).

Foi nesta fase que ocorreu a interação entre os componentes militar, policial e civil. Também foi o período em que se destacou o caráter multidimensional da missão, coerente com a doutrina preconizada de interação entre os agentes envolvidos.

Nessa fase iniciou-se o preparo da Companhia de Engenharia da Força de Paz Haiti, a qual foi responsável pela assistência humanitária prestada por meio das obras. Escolas, orfanatos, hospitais, unidades de polícia e estradas compõem o legado da BRAENGCOY.

A 3ª Fase se caracterizou pela ação do componente policial, o qual passou a ser o primeiro agente na resolução dos incidentes que ocorriam na área da missão. Assim as *Operações de Cerco e Vasculhamento*, *Operações de Busca e Apreensão (OBA)* e *Checkpoints* passaram a ser realizadas em

⁵ O SOFA é um acordo assinado entre a ONU e o país que recebe a missão de paz, especificando o que o componente militar da missão tem autorização para fazer.

coordenação com a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e o Componente policial da MINUSTAH (CAVALCANTI, 2014, p. 12).

Conclui-se então, que esta fase se caracterizou pela grande evolução no trabalho conjunto entre o componente policial, civil e militar na MINUSTAH.

2.4 Fase 4 (de 12 de janeiro de 2010 até 15 de outubro de 2017).

Esta fase inicia-se com o advento do terremoto ⁶de 12 de janeiro de 2010, que atingiu a área de Porto Príncipe. Esse cismo impactou diretamente o comando da MINUSTAH. Diversos integrantes da missão pereceram, diminuindo a capacidade de atuação, tanto de comando quanto operacional, obrigando o Brasil enviar em caráter emergencial tropas para reforçar o destacamento atingido pelo desastre.

O braço civil da ação sofreu um duro golpe, pois o Quartel-General da ONU ficou totalmente destruído, local onde pereceram o Representante do Secretário Geral da ONU (SRSG) e também seu substituto. Desta forma o *Force Commander*, Gen. Floriano Peixoto assumiu interinamente o comando da missão, coordenando a fase inicial do processo de ajuda, até a ONU designar um novo SRSG. Este momento de enfrentamento da crise teve 3 fases distintas de acordo com Cavalcanti (2014, p. 15 e 16):

Fase 1: Resposta à crise (Jan – Abr 10): Apoiar e conduzir operações emergenciais, garantir a segurança e a ordem pública e assunção da capacidade da Missão.

Fase 2 – Recuperação (Maio-Dez 10): As mesmas da 1ª fase, acrescida do apoio ao processo eleitoral.

Fase 3 – Normatização (Jan – Dez 11): Apoiar e conduzir ações de recuperação, Garantir a segurança, Imposição da Lei e Direitos Humanos, fortalecer a capacidade do Estado e apoiar o Processo Eleitoral (CAVALCANTI, 2014, p. 15 e 16).

A partir do terremoto o foco das tropas brasileiras concentrou-se, majoritariamente às tarefas de segurança que possibilitassem o Haiti o retorno à condição de normalidade, embora ainda, nos dias de hoje, muito

⁶ Estima-se que 250 mil pessoas pereceram neste terremoto, 1,5 milhão ficaram desabrigadas e 600 mil deslocadas. Fonte: Palestra do General Floriano Peixoto (Force Commander da MINUSTAH no período do terremoto) Vila Militar, Rio de Janeiro, 30 set 2010.

esteja por ocorrer nesse particular. *Entretanto, a missão estipulada no mandato do Conselho de Segurança vem sendo cumprida fielmente e a normalidade do processo eleitoral que se estabeleceu no país, a profissionalização da PNH e o funcionamento das instituições nacionais, públicas e privadas, por si já respondem como indicadores desse sucesso, entre muitos outros (Neto, 2017. p. 22).*

O Haiti não tinha se recuperado totalmente das consequências do terremoto de 2010, quando em 2016 o Furacão Matthew atingiu a região sul do país com ventos de até 240 quilômetros por hora, destruindo casas, arrancando postes, árvores e antenas. Cerca de mil pessoas morreram e milhares ficaram desabrigados. Após mais este desastre natural os militares brasileiros continuaram atuando em várias frentes, principalmente em atividades de assistência humanitária.

O componente militar da MINUSTAH manteve assistindo o governo do Haiti, focando na permanência de um ambiente estável e seguro no país. O início da desmobilização da MINUSTAH começou em 31 de agosto de 2017 e teve seu fim em 15 de outubro do mesmo ano.

O Conselho de Segurança da ONU, antevendo o fim da MINUSTAH, emitiu a Resolução 2350 (2017), estabelecendo a partir de 16 de outubro de 2017, uma nova operação de manutenção da paz no país – Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), composta apenas por civis e unidades de polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando a consolidação e a ampliação de sua inserção na política internacional, o governo do ex-presidente Lula, se colocou como defensor de uma reforma aprofundada no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A vontade de fazer parte do corpo permanente do CSNU moveu esforços demasiados, como por exemplo, a participação do Brasil na MINUSTAH. No campo da solidariedade, a participação brasileira deu-se principalmente pela Diplomacia Solidária, política defendida pelo próprio Lula.

Como vimos existiram duas vertentes principais sobre a participação brasileira, sendo elas a busca de um assento permanente no CSNU e a Diplomacia Solidária. Porém, SEITENFUS – expoente do assunto Diplomacia Solidária – revelou no ano de 2016 que a “decisão brasileira de participar da intervenção no Haiti baseado deu-se em parte pelo distanciamento do então presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide (que cai em fevereiro de 2004) com as ideias do Foro de São Paulo”.

Concluimos então, que no campo político-estratégico, a decisão do governo brasileiro na participação na MINUSTAH, sem consulta técnica ao Itamaraty, deu-se pela necessidade de demonstrar aos outros atores internacionais a capacidade do Brasil, baseado em uma política externa SUL-SUL, com ideias do Foro de São Paulo, que o Brasil possuía a capacidade de contribuir para a paz, o desenvolvimento e a segurança internacional.

No campo militar, podemos levar em consideração os aspectos táticos e operacionais. Destacamos as evoluções no processo de treinamento, baseado nas características multidimensionais da última geração de operações de paz, com a preparação dos contingentes, logística e a busca de integração com os diversos agentes que participam da missão. Concluimos que o maior benefício de todo esse trabalho desenvolvido no Haiti, foi a formação de um “*Know How*” para as Forças Armadas Brasileiras atuarem nas diversas intervenções militares internos, como a ocorrida na cidade do Rio de Janeiro.

Referências

ARAGÃO, Thiago de. **Opinião**. 26 de fevereiro de 2016. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/28/opinion/1456696518_187650.html > Acesso em fev e mar 2019.

CAVALCANTI, C A de M. **Os 10 anos da MINUSTAH e o CCOPAB**. Disponível em < <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/repositorio-de-arquivos/category/3-os-10-anos-da-minustah-e-o-ccopab> > Acesso em fev e mar 2019.

DEFESA, Ministério. **O Brasil na MINUSTAH**. Disponível em < <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti> > Acesso em fev e mar 2019.

Diniz, E. **O Brasil e a MINUSTAH**. 2005. Disponível em < http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/2005/Diniz_article-edited.pdf...>

Exteriores, Ministério das Relações. **Reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Disponível em <<http://csnu.itamaraty.gov.br/>> Acesso em fev e mar 2019.

GLOBO, O. **Como o Brasil foi para o Haiti: Ricardo Seitenfus destaca o papel do Foro de S.Paulo**. 4 de maio de 2014. Disponível em < <http://diplomattizando.blogspot.com/2014/06/como-o-brasil-foi-para-o-haiti-ricardo.html> > Acesso em fev e mar 2019.

LAFER, Celso. **Entrevista**. 2018. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/02/28/plano-de-lula-por-assento-no-conselho-de-seguranca-da-onu-nao-se-baseou-na-realidade-diz-ex-chanceler-de-fhc.htm> > Acesso em fev e mar 2019.

MAXWELL, Sistema. **A Perspectiva Construtivista das Relações Internacionais**. 2004, 22 p. Disponível em < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5513/5513_3.PDF > Acesso em fev e mar 2019.

NETO, F P V. **Epopéia Brasileira no Haiti**. Disponível em < <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AE-MINUSTAH-2017.pdf> > Acesso em fev e mar 2019.

OLIVEIRA, L R de. **Para um novo enfoque da Cooperação Militar no MERCOSUL: Análise prospectiva a partir da atuação militar mercosulina no Haiti**. 2008.150f. Dissertação (Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana) - UFSM, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9699/LAIRTONRIBEIRODEOLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em 31out 2018.

OLIVEIRA, L R de. **Para um novo enfoque da Cooperação Militar no MERCOSUL: Análise prospectiva a partir da atuação militar mercosulina no Haiti**. Ilhas Maurício: Novas Edições Acadêmicas. 2018. 217 p.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti – Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2014. 464 p.

SEITENFUS, Ricardo. **Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea**. mar 2006. Disponível em < cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/248/94 > Acesso em fev e mar 2019.

SEITENFUS, Ricardo. **A Intervenção Militar Sul-Americana no Haiti: aparência e realidade.** jun 2014. Disponível em <[http:// www.seitenfus.com.br](http://www.seitenfus.com.br)> Acesso em 31 out 2018.

SEITENFUS, Ricardo. **Reconstruir Haití: entre la esperanza y el tridente imperial.** Santo Domingo, República Dominicana: Ediciones Fundación Juan Bosch, Inc., 2016. Fundación Juan Bosch. 553 p.

SEITENFUS, Ricardo et al. **“O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença”.** Rev. Bras. Polít. Int. 50: 24 de setembro de 2007

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso.** 2003. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr0011.doc>> Acesso em fev e mar 2019.

VERENHITACH, G D. **A MINUSTAH E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS.** 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9701/GABRIELADAOUVERENHITACH.pdf>> Acesso em fev e mar 2019.